**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**ENTRE SERTÃO E BREJO, ENTRE O TRADICIONAL E O MODERNO:
IDENTIDADES E REPRESENTAÇÕES EM *A BAGACEIRA* DE JOSÉ
AMÉRICO DE ALMEIDA.**

LUCINEIDE CLEMENTINO DA COSTA

**CAMPINA GRANDE - PB
JUNHO DE 2013**

**ENTRE SERTÃO E BREJO, ENTRE O TRADICIONAL E O MODERNO:
IDENTIDADES E REPRESENTAÇÕES EM *A BAGACEIRA* DE JOSÉ AMÉRICO DE
ALMEIDA.**

LUCINEIDE CLEMENTINO DA COSTA

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em História, do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para obtenção do título de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. José Benjamim Montenegro

Campina Grande – PB
Junho/2013

Biblioteca Setorial do CDSA. Maio de 2025.

Sumé - PB

LUCINEIDE CLEMENTINO DA COSTA

**ENTRE SERTÃO E BREJO, ENTRE O TRADICIONAL E O MODERNO:
IDENTIDADES E REPRESENTAÇÕES EM A BAGACEIRA DE JOSÉ AMÉRICO DE
ALMEIDA.**

Monografia avaliada em __/__/__ com o conceito _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Benjamim Montenegro (UFCG/ CH/ História)

Orientador (a)

Prof.^a Dr.^a Regina Coelli Gomes Nascimento (UFCG/CH/História)

Examinador (a)

Me. Gláucia de Souza Freire (UFCG)

Examinador (a)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu pai *João (in memorian)*, que em vida muita coisa boa me ensinou, princípios que guardarei eternamente, pelo seu caráter, pelo exemplo de garra, coragem, luta e principalmente honestidade. Foi amigo e conselheiro. Quando criança adorava ouvir suas histórias, a maioria sobre os engenhos, lugar onde viveu até se aposentar, trabalhando como mestre de rapadura tinha tanto orgulho da sua profissão. Vivia subordinado ao senhor de engenho, sendo homem de sua confiança, pois mostrava grande lealdade para com ele. Ao ler a obra trabalhada muito do que ele falou veio à memória, não só neste trabalho, mas durante vários momentos do Curso. Que saudade dele. Dedico também a minha pequena Noemy, que acaba de chegar a minha vida, me dando mais força e coragem para lutar e tentar vencer os obstáculos. Que presente que Deus me deu. Meu futuro se focará em proporcionar boas condições de vida para ela.

EPÍGRAFE

“[...] o menino gostava era do engenho, de ver os trabalhos da casa de purgar, da moenda. Os cambiteiros, os mestres de açúcar, os bois puxando os varais, eram os elementos do seu cotidiano. O cheiro adocicado do mel-de-furo, o pátio coberto de cana moída. E a paisagem do engenho, com os partidos veredes subindo as serras. Dos altos, um mundo submisso, muito sereno e amplo, azulado, mostrava-se todo, com a inocência de um abismo sem perigos” (BATISTA, Juarez da Gama. *José Américo: Retratos e Perfis*. João Pessoa: A União, 1979).

AGRADECIMENTOS

A Deus primeiramente por ser o arquiteto de todas as minhas conquistas e por ter me oferecido oportunidades como essa.

A Noemy, um anjo, que chegou em tempo inesperado, passou e nos fez passar por momentos de aflição com medo de perdê-la, mas já nos trouxe grande alegria. Te amo minha princesinha.

A Edson, meu esposo querido pela sua paciência, ajuda e compreensão nas horas de aperreios e aflição.

A minha mãe Inácia pelo exemplo de coragem, luta e honestidade e principalmente por ter me obrigado quando ainda criança a frequentar uma escola, pois não tendo oportunidade de ser alfabetizada, não queria o mesmo futuro para nós.

A meu sogro Luís e minha sogra Silvinha pelo apoio e ajuda nos momentos difíceis.

A minha irmãzinha Ozana pelo apoio, pela sua tão grande ajuda nas horas em que preciso, em quem tenho muita confiança.

Aos meus sobrinhos e sobrinhas que são pessoas muito importantes na minha vida e tem me alegrado muito nos momentos de tristeza.

As minhas irmãs e irmãos que me apoiaram nesta luta.

Ao meu amigo João Manoel, pela contribuição que foi de fundamental importância para o meu trabalho, e que desde o começo do mesmo vem me dando dicas, apoio técnico e me apontando materiais bibliográficos para serem usados neste.

Ao meu professor orientador Benjamim, pela compreensão e por aceitar me orientar, se mostrando amigo e disposto a me ajudar a vencer esta batalha.

A professora Regina pela compreensão, conselhos e dicas de tão grande proveito durante suas aulas de Prática do Ensino e de Complementação da Prática e por aceitar fazer parte da minha banca examinadora.

A Dona Lourdinha Duarte Galzerano pelo apoio, amizade e ajuda quanto ao fornecimento de material para a construção deste trabalho.

A minha amiga Maenia pela sua amizade, companheirismo, exemplo de pessoa forte, inteligente e de atitude.

A Débora Michele pelo apoio e ajuda nos momentos precisos e por demonstrar amizade além da sala de aula e com o passar do tempo.

A Zeza que se mostrou amiga mesmo nós não estando mais trabalhando juntas.

A minha amiga Graça que terminou o curso a dois anos, porém sempre se mostra amiga, companheira e conselheira e *seu filho Fábio* com quem tive proveitosas conversas.

Aos irmãos da CCB da cidade de Alagoa Grande pelo carinho que tiveram para comigo, principalmente o *irmão Leonel* e a *irmã Maria José* (in memoriam) por me abrigarem sempre que precisei ficar em sua casa, com o intuito de diminuir o trajeto casa/trabalho/universidade. Que casal maravilhoso, que saudade dessa mulher tão querida.

Aos amigos de trabalho, principalmente *minha coordenadora Maysa* pela compreensão, incentivo e ajuda sempre que precisei.

Aos amigos e colegas do período 2008.2.

As companheiras de curso Eslânia e Vanessa.

Ao professor Celso pelo bom aprendizado nas aulas de História da América I, II e III e pelo exemplo de humildade e compreensão transmitido durante as aulas.

A todos os professores os quais tive a oportunidade de estudar. Lembrarei-me de todos com muito carinho.

Ao pessoal da coordenação do Curso, principalmente a *Ana*, pela paciência na hora da matrícula e nos demais momentos, mostrando-se dispostos a nos ajudar e demonstrando que só querem nosso bem.

Aos amigos de viagem da cidade de Areia e de Alagoa Grande, que ajudava a tornar menos árduo o trajeto de cada dia, como também os motoristas dos veículos.

Enfim, a todos que de forma direta ou indireta contribuíram para a realização desse trabalho.

RESUMO

Entre meados do século XIX até as primeiras décadas do século XX a questão de organizar narrativamente a nação brasileira tem sido levada a cabo por diversos intelectuais, por diferentes matrizes interpretativas. No entanto, identificamos em grande parte delas a coexistência de uma matriz explicativa baseada em critérios de raça, clima e meio geográfico, indo em consonância com as teses científicas vigentes na época. Em contrapartida, a partir de meados da década de 1920 a questão regional ressurge em plena euforia nacionalista. A obra literária *A Bagaceira* de José Américo de Almeida é aqui apreendida em seu caráter histórico, denotando a intenção do autor de explicar a questão regional tomando por base argumentos da cultura científica de então. Vale salientar que nosso autor, corroborando com o espírito de sua época, escolheu o dualismo geográfico como mecanismo interpretativo, opondo as espacialidades do sertão e do brejo, numa tentativa de caracterizar a territorialidade regional. Podemos então perceber que o autor se vale de uma estratégia do discurso do Estado-nação centralizado para conjecturar a sua construção regional particular, que será o ponto de partida de um conjunto imagético-discursivo que embasará a produção regionalista dos chamados “romancistas de trinta”, que serão atores principais na delimitação espacial da região Nordeste do Brasil. Neste sentido, conseguimos perceber as tensões culturais que permeiam a produção americanista, nitidamente um intelectual entre dois mundos, entre o tradicional e o moderno.

Palavras-chave: Regionalismo, Discurso, Nordeste, Dualismo geográfico.

ABSTRACT

Between the mid-nineteenth century to the first decades of the twentieth century the question of organizing narratively Brazilian nation has been carried out by several intellectuals, by different interpretive matrices. However, most of them identified in the coexistence of the explanatory matrix based on criteria of race, climate and geographical environment, going in line with the scientific theses prevailing at the time. In contrast, from the mid-1920s the regional issue resurfaces in full nationalist euphoria. The literary work *A Bagaceira* of the José Américo de Almeida is here seized in its historical character, reflecting the author's intention to explain the regional issue by taking arguments based on scientific culture then. It is noteworthy that our author, corroborating with the spirit of his time, chose dualism geographic and interpretive mechanism, opposing the spatiality of the backwoods and swamps in an attempt to characterize the regional territoriality. We then realize that the author relies on a strategy of discourse centralized nation-state to conjecture their particular regional construction, which will be the starting point of a whole image-discursive form the basis for the production of so-called regionalist "novelists thirty", which will be the main actors in the spatial delimitation of Northeast Brazil. In this sense, we can understand the cultural tensions that permeate production *americista* clearly an intellectual between two worlds, between the traditional and the modern.

Keywords: Regionalism, Discourse, Northeast, Dualism geographic.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. CAPÍTULO I: CONTEMPLANDO A MODERNIDADE - Tensões culturais na construção de um romance: José Américo de Almeida e <i>A Bagaceira</i>	18
3. CAPÍTULO II: <i>A BAGACEIRA</i> ENTRE IDENTIDADES E REPRESENTAÇÕES: o conflito entre o tradicional e o moderno.....	33
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
5. REFERÊNCIAS.....	47

INTRODUÇÃO

As questões da identidade e da representação das identidades ganham especial relevância quando inseridas no contexto de formulação da cultura nacional. No Brasil, assim como em outras sociedades periféricas que tiveram o nascimento da questão nacional nos oitocentos, como é o caso da América Latina como um todo, uma certa matriz de interpretação permeará a percepção daqueles que se propuseram a interpretar socialmente e culturalmente a jovem nação, procurando dar-lhe sentido e significação. É notável, contudo, a identificação destes intérpretes com os paradigmas da cultura cientificista moderna de ascendência europeia, preponderante nas análises de intelectuais do século XIX e que persistirá servindo de referência mesmo em pleno século XX. Neste sentido, o positivismo de Augusto Comte, com seus ideais de ordem e progresso, e o “darwinismo social” de Herbert Spencer, que procura aplicar a doutrina evolucionista e a teoria da seleção natural de Charles Darwin à sociedade humana servirão como parâmetros para as mais diferentes perspectivas àqueles que se preocupariam com a “causa brasileira”. Os principais centros educacionais da época como a Escola de Direito de Recife, por exemplo, serão tradutoras na reelaboração e divulgação destas ideias:

Momento em que são absorvidos os determinismos científicos e todas as ideologias que acompanham, adotam-se também ali as teorias sobre o clima, o solo, a mestiçagem, idéias duradouras de grande trânsito no horizonte cultural e que teriam vida longa no pensamento intelectual brasileiro [...]. A absorção das idéias européias no Brasil é marcada por distorções e reelaborações que revelam tanto uma perspectiva crítica e original quanto, muitas vezes, uma cópia acrílica e subserviente dos modelos da metrópole. Naquele momento, pairava um grande pessimismo em relação ao futuro da nação e às possibilidades civilizacionais do “homem nos trópicos”, duplamente estigmatizado, por ser dos trópicos e por ser mestiço. Esses fatos, segundo as teorias reinantes, inviabilizariam aqui a implantação de um projeto civilizador. (VELOSO, MADEIRA, 1999, p.76).

Diversas áreas do conhecimento como a Sociologia e a Medicina serão palco destes intelectuais que “pensavam como europeus e sentiam como brasileiros”, mas, a produção literária tornar-se-á o lugar por excelência onde se perceberá o rompimento com a estética romântica idealizada e a progressiva instalação da visão cientificista/determinista/naturalista. Essas perspectivas de pensamento serão

incrementadas a questão da identidade nacional brasileira, em que os debates de interpretação do Brasil articularão duas categorias, especificamente as ideias de raça e meio geográfico como eixos definidores da singularidade do ser brasileiro. O debate estender-se-á então na tensão de integrar as categorias científicas europeias, pretensamente universalistas ao contexto dos “trópicos tupiniquins”, sem ponderar os enormes disparates que adviriam de tal alocação.

A tese de doutorado de Nísia Trindade Lima intitulada *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional* aborda a empreitada dos chamados “intérpretes do Brasil” na tentativa modernizante de superar o cenário fragmentário e disperso das sociedades que se retardaram no processo de modernização capitalista e que traduziram este anseio em um apelo nacionalizador através de suas produções culturais, contra os localismos e paralelismos de cronologias distintas dentro de uma mesma pretensa unidade nacional. No caso brasileiro, a autora nos apresenta o dualismo geográfico como estratégia explicativa da *intelligentsia* para abordar os contrastes de um país que se queria modernizar. Sertão e litoral apresentam-se então como o grande dilema social que mereceu atenção de diversas tentativas de interpretação, entre elas, Euclides da Cunha (1866-1909) e Monteiro Lobato (1882-1948). Ambos os autores ao introduzirem a temática da “incorporação dos sertões” criaram concepções vigorosas sobre o homem do interior, apresentando estratégias para inseri-lo nos quadros da modernidade ocidental, indo desde propostas higienistas até teorias mais radicais como a do branqueamento racial: “A idéia de um país moderno no litoral, em contraposição a um país refratário à modernização no interior, quase sempre conviveu com a concepção oposta, que acentuava a autenticidade do sertão em contraste com o parasitismo e a superficialidade litorâneos” (LIMA, 1999, p.17).

Podemos enumerar ainda que a temática da identidade cultural nacional esteve intimamente associada a padrões étnicos, englobando temas da raça e da mestiçagem, principalmente com o desenrolar do movimento abolicionista e a nova conjectura social no período pós-escravatura:

Questões como raça e herança colonial assumem crescente importância nas controvérsias que marcaram as três últimas décadas do século XIX e as três primeiras décadas do século XX. O deslocamento na ênfase do que seriam os ‘males do Brasil’- herança

colonial, composição étnica da população, ausência de políticas públicas nas áreas de educação e saúde, entre outros diagnósticos que se sucederam ao longo desse período- revela a persistência do tema das bases sobre as quais construir a nação brasileira (LIMA, 1999, p.27).

A década de 1920 vê nascer a moderna literatura brasileira em diversos momentos. Num primeiro plano temos a Semana de Arte Moderna de 1922, ponto inicial de uma criação artística engajada, que buscará romper com os paradigmas importados da Europa e ir em busca da essência do ser brasileiro. No entanto em 1928 é publicado um romance de autoria de José Américo de Almeida que parece denotar uma mudança estrutural no campo literário. De fato, anos antes, na segunda metade da década de 20, círculos de intelectuais reunidos em Recife principal centro daquilo que viria a se chamar Nordeste¹ passam a postular uma nova organização do país, pautada na sublimação da temática regional, como unidade territorial, política, social e cultural anterior a qualquer outra. As regiões desde sempre existiram como um dado natural, argumentavam. E sobre elas um complexo social original e autêntico se formou. A região se faz assim a mais importante subdivisão da nação, mais do que os Estados. Tampouco precisava a região da nação para existir. A região estava sendo pensada como a “pedra angular”, alicerce maior da estrutura organizacional da sociedade.

A Bagaceira é tomada então como marco inaugural da tradição literária do moderno romance de temática nordestina, após o lançamento do Manifesto Regionalista de Gilberto Freyre, proferido em 1926. Obra de um paraibano, bacharel em Direito, político atuante na localidade, *A Bagaceira* traduzirá representações regionais que inauguram a seca, o patriarcalismo oligárquico e as relações tradicionais como representativos de uma espacialidade particular, o Nordeste. Pode-se afirmar com isso que o regionalismo é gestado contra os ideais modernos e modernizantes, sendo portanto uma questão moderna. Uma questão de medo frente a dissolução de lugares sociais e culturais estáveis, outrora assegurados pelas redes do poder tradicional e que

¹ . Até as primeiras décadas do século XX, precisamente até o primeiro decênio dos novecentos prevaleceu a usual divisão do território nacional na simples dualidade Norte-Sul. No entanto, os anos finais do século XIX viram emergir no plano político uma série de discursos reivindicatórios de compensação às mazelas das secas, ditas circunscritas a realidade geográfica particular. Esses discursos se somaram a uma série de outros que postulavam em cima dessa nova realidade territorial um referencial cultural marcado por signos tradicionais agora chamados de “nordestinos”. Surge então o Nordeste como região geográfico-cultural *sui generis*, distinto dos outros cenários nacionais. Esta nova conjectura espacial encontrará forte respaldo na produção literária dos chamados “romancistas de 30”.

veem na perspectiva da unificação nacional um grande perigo, perigo de orfandade. Contudo, *A Bagaceira* se mostra nitidamente uma obra de transição, intermediária entre perspectivas discrepantes: ao mesmo tempo em que usa o discurso antimoderno da tradição para configurar uma espacialidade contra a moderna ideia da nação, o autor faz uso das categorias raça e meio geográfico, argumentos para demonstração de degeneração social tão caros aos parâmetros deterministas das parâmetros cientificistas de então. O romance em questão é antes de tudo mais uma empreitada tal como fizeram tantos outros intelectuais da segunda metade do século XIX, além do próprio Euclides da Cunha, no sentido de discernir o homem do interior, a “incorporação dos sertões”. Há, portanto, algo que os diferencia: enquanto Cunha pretende através de seu ensaio diagnosticar as deficiências da “terra ignota”, aonde a civilização ainda não chegou, Almeida incorpora os sertões na perspectiva de mantê-los enquanto diferenciados do resto da nação. A singularidade interiorana é para Almeida uma arma preciosa para configuração da região frente à nação, para a sua estratégia antimoderna de resistência aos padrões modernizadores onde “tudo o que é sólido desmancha no ar” como disse Marx apud Berman (1986).

Neste trabalho, interessa captar as contradições a que a experiência de modernidade expõe os indivíduos, inclusive intelectuais, em que grande parte deles estava imersa, por esta época, em dilemas, demonstrando através de seus estudos suas inquietações com as ideias de nação, cultura nacional e identidade nacional. José Américo de Almeida se insere neste contexto, transpondo para a ficção a sua visão de mundo, tumultuada por uma esfera existencial complexa, onde categorias outrora perenes mostram-se instáveis e esporádicas, intermitentes. Paralelamente sua formação bacharelesca no Recife não o excluirá da cultura histórica moderna, definindo o contorno de sua prosa ficcional recheada de memória e de história. Político de direita de grande prestígio, José Américo estava inteirado da performática política e desse modo posicionou-se ao sentido freyreano e de sua empreitada regionalista, que afinal de contas também é antes de tudo uma empreitada política, chamando atenção da União para uma espacialidade dita remota na cartografia nacional.

Percebemos aqui o discurso como produtor de espacialidades, inventando assim argumentos para sua legitimação. O regionalismo em si é um discurso que pleiteia institucionalização, estabelecendo marco de origem e cronologia oficial e também perfis identitários. Michel Foucault (1926-1984) percebe em sua história arqueológica do

saber (Foucault, 2008) que os grandes itens sobre os quais se apoiam as áreas do conhecimento humano como a origem, a continuidade e a totalidade são, mais apropriadamente falando, discursos que se apoiam em enunciados e tornam os saberes possíveis, transmutando-os ao patamar de monumentos. Busca então, as regras que tornam possível a própria existência do objeto. Aplicando ao nosso estudo, temos que o regionalismo é o discurso e a região é o objeto. Objeto este histórico, temporal, datado. Não a-histórico como pretendem os seus pronunciadores.

Outro referencial para nossa análise é o estudo sobre a ideia de região presente na obra de Pierre Bourdieu (2006) *O poder simbólico* que antes de qualquer coisa vê o fenômeno regional como representação, profundamente dependente de conhecimento e reconhecimento. A objetivação do discurso regionalista cria a região que visa impor legitimidade e definição de fronteiras para o seu posterior reconhecimento, etapa mais importante do processo:

O discurso regionalista é um discurso performativo, que tem em vista impor como legítima uma nova definição das fronteiras e dar a conhecer e fazer reconhecer a região assim delimitada-e, como tal, desconhecida- contra a definição dominante, portanto, reconhecida e legítima, que a ignora.[...] A eficácia do discurso performativo que pretende fazer sobrevir o que ele enuncia no próprio acto de o enunciar é proporcional à autoridade daquele que o anuncia [...] O poder sobre o grupo que se trata de trazer à existência enquanto grupo é, a um tempo, um poder de fazer o grupo impondo-lhe princípios de visão e de divisão comuns, portanto, uma visão única da sua identidade, e uma visão idêntica da sua unidade” (BOURDIEU, 2006, pp.116-117).

Conclui-se então, que para Bourdieu, a região nada mais é do que uma representação da realidade imposta pelos agentes sociais detentores do poder, que impondo uma divisão da realidade, induzem a realidade das divisões, na medida em que seus discursos são assimilados.

Contudo, nosso principal esquema teórico encontra em Stuart Hall (2006) a sua razão de ser. O estudo deste autor sobre o paradigma da questão da identidade nas sociedades modernas é de fundamental importância para esta análise. A sua constatação do solapamento das identidades modernas, pretensamente tão alicerçadas, tão sólidas, vê rachaduras e crescentes ruídos de desmoronamento em sua estrutura. O autor ressalta a forte ligação existente entre a ideia de cultura nacional e identidade cultural, sendo a primeira uma das mais consistentes expressões da última. Ela aborda a cultura nacional

como algo distintivamente moderno. Pretendeu-se com a ideia de nação moderna subordinar as diferenças regionais e étnicas. Em suma, a cultura nacional configurou-se como um dispositivo da modernidade. Hall também nos diz que a nação é uma comunidade imaginada, construída em cima de uma narrativa de legitimação, com mito de origem e invenção da tradição:

As culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações. Uma cultura nacional é um discurso um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos [...] As culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre “a nação”, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que delas são construídas” (HALL, 2006, p.50-51)

Concomitantemente, nosso autor põe em xeque a pretensão nacional de unificar seus membros, independentemente do quão diferentes possam ser. Interessa à identidade cultural unificá-los como pertencentes a mesma cultura nacional. Contudo, afirma Hall, isto só foi possível graças a um processo violento de supressão forçada das diferenças, alertando, que em vez de pensarmos as culturas nacionais como unificadas, deveríamos pensá-las constituindo um dispositivo discursivo que representa a diferença como unidade ou identidade (HALL, 2006). São, na verdade, sublimadas por diferentes formas de poder cultural.

É digno de nota ressaltar a enorme importância atribuída ao trabalho do historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior (PPGH-UFRN/PPGH-UFPE) na confecção do presente estudo. Suas pesquisas desde a época de sua dissertação de mestrado elegeram a temática do regionalismo Nordeste como especialidade historicamente inventada, gestada sob relações de poder sob signos imagético discursivos, culminando com sua louvada tese de doutoramento. “O engenho antimoderno: a invenção do Nordeste e outras artes”. Durval catalogava os diversos enunciados que subscreveram a necessidade da legitimação regional nordestina, entre eles as obras sociológicas de Gilberto Freyre, a música de Luiz Gonzaga e a produção artística de autores como José Lins do Rego, Graciliano Ramos, Rachel de Queiroz e de nosso autor em questão José Américo de Almeida. Afinal, apoiado nas teses desconstrutivas de Michel Foucault e Gilles Deleuze, Durval se somará ao quadro

teórico da pesquisa aqui realizada, como contribuição primordial nas discussões sobre a instituição regional do Nordeste.

Apoiado neste quadro teórico, o presente trabalho ocupa-se de, através de uma obra literária ficcional, mas, ao mesmo tempo memorialista, traçar um panorama histórico do dilema envolvendo modernidade, identidade, regionalismo da qual intelectuais como José Américo de Almeida foram exímios porta-vozes em suas produções, trazendo à tona um contexto cultural tenso, marcado por disputas em vários sentidos: nacionalismo versus regionalismo, nação versus região, modernidade versus tradição entre outros dilemas. Está estruturado em dois capítulos, sendo o primeiro direcionado a denotar as tensões referidas anteriormente e o perfil intelectual de nosso autor em questão; em um segundo momento, invadimos o mundo de *A Bagaceira* e da sua organização social, política, cultural como indicadores da experiência traumática do mundo moderno.

CAPÍTULO I: CONTEMPLANDO A MODERNIDADE - Tensões culturais na construção de um romance: José Américo de Almeida e *A Bagaceira*.

“[...] algumas obras literárias moldaram, mais poderosamente que os historiadores, as representações coletivas do passado”
(CHARTIER, 2009, p.25)

O romance *A Bagaceira* publicado em 1928 de autoria de José Américo de Almeida é considerado o marco inicial do moderno regionalismo literário, que tem sua forma mais expressiva numa série de textos que ficaram conhecidos como “geração de 1930”. Tais textos tinham em comum o mesmo objeto que serviu de cenário para diversos enredos: o Nordeste, espaço este transmitido como auto identificado em função de uma série de costumes característicos, de práticas e sensibilidades que num dado recorte geográfico mostravam-se como unânimes e perenes.

Segundo o *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930* (2001) José Américo de Almeida nasceu no Engenho Olho d’Água, município de Areia, interior do estado da Paraíba em 10 de janeiro de 1887. Filho de Inácio Augusto de Almeida e Josefa Leal de Almeida, pertencia a uma família tradicional, com influência política na localidade. Como era costume nos círculos oligárquicos a que pertencia, foi mandado à capital para prosseguir em seus estudos secundários no Seminário Diocesano da Paraíba e no Liceu Paraibano. Posteriormente, cumpriu os anseios bacharelescos de uma elite local formando-se em Ciências Jurídicas na Faculdade de Direito do Recife. Advogado, exerceu a profissão e ocupou inúmeros cargos políticos, participando do governo de João Pessoa, como secretário do interior e mais a frente ocupando outros postos importantes advindos de sua participação no chamado “Golpe de 30”, quando apoiou a tomada de poder por Getúlio Vargas, chegando a ocupar o cargo de interventor do estado da Paraíba. Notabilizou-se também como homem público ao se eleger senador, ministro e governador. Participou da criação da Universidade Federal da Paraíba em 1956, tornando-se reitor. No entanto, nos importa aqui a sua atividade como homem de letras, intelectual que inaugura com *A Bagaceira* toda uma tradição literária de denúncia social da situação nordestina, ressaltando características que circunscrevem uma espacialidade. Publicado em 1928, *A Bagaceira* é seu livro de maior repercussão que segundo Carpeaux apud Batista (1979) abriu nova fase na história literária no Brasil ao inaugurar o ciclo do romance nordestino:

“A Bagaceira” era anterior à Revolução [Revolução de 1930]. Publicado em 28, estava escrito o romance muito antes. Ficava guardado no fundo dos baús, para uma releitura, para uns acertos, tempos depois, o autor já com olhos de crítico, mais distante das emoções da hora do trabalho. Era um método: deixar esfriar os escritos, para um julgamento seguro. Mas o vendaval de 30 parecia ter carregado esses arrancos de mocidade tocada pelas sugestões da vida e suas aparências. Parecia ter arrastado na correnteza aquilo que poderia ser considerado por alguns, na época, uma forma de fraqueza, falta de disposição até física, até de coragem pessoal, diante dos fatos. E teria deixado só o adulto no homem, na posse integral da sua personalidade arrebatada, atuante, objetiva, atraída pelo imediato e positivo da vida. Isso de romance seria coisa do passado. [...] Mas acontecia que “A Bagaceira” não era livro de incertezas da mocidade. [...] Estava ali um ficcionista de primeira, como fora saudado pela crítica de então. Um romancista desconhecido, sumido nos confins da província, que havia aberto os rumos do novo romance brasileiro e feito uma escola: o neo-naturalismo, a que não faltaria um certo lirismo dos românticos! (BATISTA, 1979, pp.67-68).

Dedicou sua atividade autoral a escrever nesta perspectiva escrevendo ainda *A Paraíba e seus problemas*, *O Boqueirão* e *Coiteiros*. Em 1958 decidiu afastar-se da vida pública. Ainda em 1958 foi eleito para a Academia Brasileira de Letras, consagrando como escritor de grande repercussão na história da literatura brasileira. Faleceu em João Pessoa, em 1980.

Atendo nosso estudo sobre a obra americista *A Bagaceira*, buscamos com este trabalho utilizar a literatura como fonte histórica em primeira instância, tendo em vista o importante papel atribuído à produção literária desde meados do século XIX como produtora de discursos identitários em uma jovem nação que busca a todo tempo se legitimar. Tal obra é nitidamente uma criação que oscila entre duas vertentes estéticas distintas, porém consecutivas, englobando como nos diz Durval Muniz de Albuquerque Júnior (1999) o padrão naturalista e o modernista. Esse caráter transitório revela tensões culturais que permearam principalmente a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX e dizem respeito à implantação da modernidade nos trópicos, da qual a literatura foi largamente utilizada como porta-voz. Como nos sugere Stuart Hall (1999), a formulação de uma cultura nacional e a consequente identificação cultural são dispositivos da modernidade que encontram graves contradições na supressão forçada das diferenças. A nação é uma comunidade imaginada pelas estruturas de poder cultural. O processo de formação emancipatório no caso brasileiro, além de centralizar o poder,

mostrou-se contrário à manutenção das diversidades regionais e culturais. Por outro, as primeiras décadas do século XX revelam a retomada da questão regional observada pelo empreendimento operado pela bandeira da “nordestinidade” de Gilberto Freyre. E nesse sentido Oliven (1992) nos diz que o regionalismo pode ser encarado como um campo de disputa no qual grupos divergentes se enfrentam, constituindo-se num caso particular de lutar pelo monopólio de impor uma definição legítima da divisão do mundo social.

Em *A Bagaceira* percebe-se essa dualidade. José Américo ao mesmo tempo em que enfatiza as peculiaridades regionais, simultaneamente afirma seu pertencimento ao Brasil quando se apropria do discurso naturalista cientificista do estado-nação brasileiro. Em suas definições sobre o poder simbólico, Bourdieu afirma que:

O regionalismo (ou o nacionalismo) é apenas um caso particular de lutas propriamente simbólicas em que os agentes estão envolvidos seja individualmente e em estado de dispersão, seja coletivamente e de forma organizada, e que tem como objetivo a conservação ou a transformação das relações de forças simbólicas e dos lucros correlatos, tanto econômicos como simbólicos, ou se prefere, a conservação ou a transformação das leis de formação dos preços materiais ou simbólicos ligados às manifestações simbólicas (objetivas ou intencionais) da identidade social (BOURDIEU, 2006, p. 124).

Neste sentido, a obra americista em questão contribuiu como discurso para a delimitação ideológica de um espaço, a região Nordeste, como nos diz Albuquerque Júnior (1999), apoiado na análise desconstrutiva de Michel Foucault. E o faz segundo parâmetros tidos como naturais, resultantes de condições geográficas e climáticas específicas, de critérios baseados dos efeitos da miscigenação racial, da herança escravocrata:

[A *Bagaceira*] livro [...] cheio de ambiguidades, no qual a influência da estética modernista e as pregações regionalistas de Gilberto Freyre surgem entrelaçadas com a nítida influência de Euclides da Cunha, seja no que toca a observações saídas de seu cientificismo positivista, seja no próprio estilo metafórico, apoiado em analogias extraídas da natureza e no uso insistente de proparoxítonos e de longos paroxítonos que marcaram o estilo daquele autor. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1999, p. 137).

Em *A Bagaceira*, José Américo de Almeida transpõe para a ficção o caráter transitório de sua obra, marcada ainda por um discurso naturalista/cientificista, apontado pioneiramente por Euclides da Cunha, bem como as considerações de dicotomia espacial apresentadas pelo mesmo. Com isso, Almeida transpõe para a esfera local a preocupação intelectual moderna de traçar o perfil do homem brasileiro em escala regional, de forma dicotômica, desta vez não mais priorizando a dualidade sertão/litoral, mas contrapondo as espacialidades do sertão e do brejo², e seus respectivos quadros identitários. Ao mesmo tempo, José Américo insere-se no projeto antimoderno do regionalismo “moderno” da década de 1930, quando contrapõe o regional ao nacional, definindo, portanto, sociabilidades tipicamente regionais.

É em Euclides que Américo vai buscar a tradicional dicotomia entre litoral e interior, para transformá-la na polarização entre brejo e sertão, dicotomia que atravessa toda a obra. O mito do sertão é agenciado por Américo para fazer uma crítica à decadente sociedade açucareira, saída recentemente da escravidão. As teorias eugenistas encampadas por Euclides também permeiam toda a obra de Américo, de onde salta um nítido preconceito racial e uma visão depreciativa do negro e do mestiçamento com esta raça, que a escravidão, na Zona da Mata, proporcionara. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1999, p. 137).

É nesse sentido que José Américo de Almeida configura-se como homem dividido entre o tradicional e o moderno. Tratando do “espetáculo da miscigenação” Schwarcz (1993) estuda os modelos teóricos construídos com base em temas raciais

². As narrativas dualistas foram um dos instrumentos utilizados pela intelectualidade brasileira explicar culturalmente a grande extensão territorial da jovem nação. A oposição litoral-sertão presente na proposta euclidiana faz parte de um quadro maior, onde o termo litoral significa não apenas o contorno da costa nacional, mas, principalmente a área primordial de recepção dos parâmetros culturais metropolitanos tão presentes nas narrativas nacionais. O termo sertão em Cunha, assim como em inúmeros outros discursos se refere contraditoriamente a todo o “não-litoral”, enorme faixa de território, compreendida como interior, sem maiores diferenciações, ou seja, um espaço ainda arredo frente à cultura ocidental. Por outro lado, a dualidade sertão-brejo de *A Bagaceira* representa o paradoxo tradicionalista proposto por José Américo como artifício de conjecturação de sua espacialidade memorialista. É uma narrativa intra-brasilica, que representa o interior do país incapaz de conter os paradigmas da modernidade, vendo assim ruir todas as suas antigas estruturas. Apesar de compartilharem o mesmo modelo de interpretação as duas propostas se diferenciam quanto a qualificação das regiões interioranas, ora vistas como expressão de máxima resignação sócio-cultural, um verdadeiro empecilho para o projeto do moderno Estado-nação. Paradoxalmente, em alguns discursos o interior é tomado como reduto da mais autêntica nacionalidade, onde teria se desenvolvido um tipo humano e uma sociedade distintos de quaisquer outros conhecidos. Almeida vai além e propõe ainda uma diferenciação mais específica dentro da própria ideia de interior, estabelecendo o sertão não como representante de todo o interior, mas, como fazendo parte dele. Uma região dentro da região onde estava situado o cerne social regional/nacional.

para a análise de problemas nacionais no período que vai de 1870 a 1930, período este que a mesma identifica forte vigoração do discurso de representação mestiça do brasileiro como algo depreciativo, causador de males como indolência e retardamento mental. Américo, portanto, cumpre tal papel em sua literatura, já que em sua formação bacharelesca estudou na Escola do Recife, grande centro de recepção e difusão do novo ideário científico europeu, perspectiva esta marcante na sua composição social em *A Bagaceira*. Ao mesmo tempo José Américo faz parte de outra corrente de pensamento que em plena era republicana faz ressurgir a temática regional, sob lema de uma identificação uníssona de uma dada localidade que para ele se auto reconhece como tal: O Nordeste.

Falemos agora das duas tendências que marcaram a obra americista: a naturalista/ científicista e a estética denunciante do romance de trinta que faz parte de um movimento mais amplo que perpassou os círculos literários e está presente também nos discursos sociológicos e políticos: o movimento regionalista de Gilberto Freyre.

As questões referentes à identidade nacional fazem parte de uma conjectura complexa. No caso brasileiro em particular, assim como em todas as sociedades de passado colonial é resultado do processo emancipatório, que concretizado, traz à tona traçar o perfil do brasileiro, “diagnosticar a nação”. Contraditoriamente, percebe-se que em sua confecção identitária, o Brasil forjou sua identidade sob o olhar e os padrões de referência da cultura metropolitana. Há de se mencionar que toda a questão nacional tinha como parâmetro a inserção na modernidade, entendida aqui como condição histórica da cultura ocidental significada pela generalização do sistema de produção capitalista e pela racionalização, disciplinarização e autonomização das esferas de valores construídos socialmente, da qual a ciência é uma de suas principais representantes.

Todo esse anseio caracterizado transformou o século XIX em um grande laboratório de formação da nação, onde intelectuais e instituições tiveram papel decisivo: A autonomia política teve grande importância na organização dos intelectuais, das instituições e das ideologias que tiveram vigência nas primeiras décadas desse século. Durante o Segundo Reinado (1840-1889) surgiram instituições culturais oficialmente encarregadas de elaborar um conceito de nação para o Brasil, como os Institutos Históricos e Academias Científicas e Artísticas. (MADEIRA; VELOSO, 1999, p. 59)

Assim, a necessidade de formular um conceito de identidade foi uma tarefa apropriada pelos intelectuais que tiveram lugares nessas respectivas instituições. Reservaram para si a missão de construir uma pátria por intermédio da arte, da ciência e da política.

“As sociedades que se retardaram no processo de modernização capitalista emprestaram excessivo relevo ao tema nacional no século XIX. Seja porque não haviam realizado ainda a unificação territorial, como a Alemanha ou a Itália, seja porque, resolvida a dimensão territorialista do Estado, faltava-lhe a integração das grandes massas ao sistema da ordem, como no contexto pós-escravista brasileiro, aquelas foram sociedades nas quais a *intelligentsia* assumiu um papel decisivo na construção de uma unidade cognitiva e moral, básica à afirmação dos Estados-nações. Neste sentido, cada uma das chamadas “identidades nacionais” emergentes ao longo do século XIX, mais não foram do que a vitória do princípio da unidade operado pelos seus intelectuais. Com eles, e mediante a sua obra, a periferia pode experimentar, sem o concurso da revolução, uma das realizações da transição revolucionária ao moderna [...]. Daí se dizer que o principal problema ao que se entregam aqueles intelectuais é sempre o da relação entre o andamento universal e o descompasso da sua “aldeia” evidente, por exemplo, na tentação idealista de representar a sociedade nacional como um todo, acima das clivagens e dos interesses sociais porventura existentes. Para aqueles construtores de nações do século XIX, caberia, pois, à inteligência driblar os desacertos locais da vida do “espírito”, fornecendo às suas respectivas sociedades uma compreensão de si e uma plataforma unitária de engajamento na História maiúscula, universal. (CARVALHO apud LIMA, 1999, p. 9).

A literatura foi um instrumento utilizado para este fim estabelecendo um conjunto de representações sobre o Brasil que buscava afirmar características que conferissem sentimento de pertencimento à nova nação. Os discursos literários e científicos foram principais porta-vozes da intelectualidade brasileira no século XIX, adentrando o século XX, articulando em um primeiro momento a estética romântica, que ressaltava o exotismo do elemento ameríndio e da sua paisagem. O pensamento da intelectualidade brasileira oscila quanto à identificação social da jovem nação. Em certos momentos nossa cultura é desvalorizada, tomando a cultura europeia como parâmetro. Em outros momentos, porém, o elemento nacional brasileiro é extremamente valorizado e exaltado. A primeira tendência é demonstrada pelo discurso de uma série de intelectuais identificados como partícipes de uma corrente intelectual naturalista/ científicista que estava preocupada em explicar a sociedade brasileira através da interação da raça e do

meio geográfico, instaurando uma visão do homem nacional extremamente pessimista e preconceituosa. Em contrapartida, há a percepção oposta que vê nas peculiaridades aquilo que mais deve ser valorizado na autenticidade brasileira. O romance indianista de José de Alencar é um forte exemplo neste sentido, quando este exalta os elementos que remetem às raízes nacionais, principalmente sob a figura do indígena.

Contudo, é na segunda metade do século XIX que encontramos os principais dilemas referentes à configuração da moderna nação brasileira. Questões sociais como advento abolicionista e o iminente processo republicano exibirão as contradições e a complexidade da implantação da modernidade no Brasil:

Com efeito, os anos 70 serviram de palco para uma série de fenômenos que conviveram de forma tensa. De um lado, 1871 é um ano chave na desmontagem da escravidão, já que a Lei do Ventre Livre anunciava a derrocada de um regime de trabalho que havia muito arraigado. [...] Por outro lado, a década de 70 é entendida como um marco para a história das idéias no Brasil, uma vez que representa o momento de entrada de todo um novo ideário positivo evolucionista em que os modelos raciais de análise cumprem um papel fundamental. (SCHWARCZ, 1993, p. 14).

A intelectualidade intérprete conduziu suas percepções articulando os conceitos de raça e meio gráfico, assimilando o discurso científico baseado no evolucionismo darwinista e no espírito positivo de Augusto Comte, ambas produzindo uma interpretação determinista na decifração do elemento autóctone.

Por esta época, a nação já contava com inúmeras instituições que foram centros efetivos de difusão das referidas ideias como a Faculdade de Direito do Recife, a Escola Politécnica, a Academia Militar e a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, a Escola de Medicina da Bahia. Desses centros saíram estudiosos como Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Nina Rodrigues, Oliveira Vianna. Intelectuais que convergiam seus olhares para um aspecto: a miscigenação do povo brasileiro. Almejando conduzir a nação à modernidade, estes estudiosos elaboraram discursos racistas formulando uma “teoria do branqueamento”, segundo a qual seria necessário um projeto de cruzamento racial para que se superasse as diferenças regionais, contaminada pela mescla e se construísse o elemento nacional. Só com a regeneração da raça branca e seu posterior triunfo, os males advindos dos cruzamentos com índios e negros seriam superados. Um típico

percurso de seleção natural, de acordo com a ciência da época. Vigorava o mito da superioridade racial.

Imagem 1. *Redenção de Cam*, de M. Broccos. O artista da Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro M. Broccos idealiza a mutação do negro em um período de três gerações, por efeito do cruzamento de raças. A imagem demonstra o quanto as atividades artísticas também estavam imbuídas dos ditames da cultura científica vigente à época. A senhora negra, possivelmente uma ex-escrava, parece levantar as mãos aos céus em forma de agradecimento diante do nítido embaquecimento de sua posteridade. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br>. Acessado em 06 de março de 2013.

Dentre os intelectuais que mais influenciaram o escritor José Américo de Almeida está Euclides da Cunha. *A Bagaceira* revela algo paradoxal: ao mesmo tempo que José Américo é tomado como o ponto inicial do romance regionalista encabeçado pela ideologia de Gilberto Freyre, movimento este que visava superar o conceito moderno de nacionalismo em favor de um regionalismo percebe-se as ressonâncias do estilo de Euclides da Cunha em *Os Sertões*, obra esta publicada em 1902, marco de interpretação sobre a constituição do cenário brasileiro, apoiado em pressupostos científicistas:

Com muita frequência, o livro “Os Sertões” de Euclides da Cunha é lembrado como marco de origem, apontando a persistência da matriz dualista de interpretação da sociedade brasileira. Ao mesmo tempo, a expressão “estrangeiros na própria terra” presente na obra euclidiana para referir-se aos sertanejos, tende a ser amplamente utilizada abordagens das posições de intelectuais e cientistas. Estrangeiros, exilados, desterrados na própria terra, temas que aparecem em diferentes textos e que nos falam do desconforto dos intelectuais, que pensavam como europeus e sentiam como brasileiros [...]. (LIMA, 1999, p. 13).

Os Sertões de Euclides da Cunha é considerado um grande marco da literatura nacional, tido como obra chave na interpretação naturalista do Brasil, sendo considerado muitas vezes por isso, mais do que literatura, um apanhado sociológico que desvenda a influência do ambiente sobre a nossa identidade. Euclides da Cunha (1866-1909) militar formado em engenharia pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro escreveu *Os Sertões* por ocasião de sua atuação como jornalista correspondente do jornal *O Estado de São Paulo* ao ser convocado a cobrir a Campanha de Canudos (1897), revolta tida como antirrepublicana no interior da Bahia. Neste contexto, Euclides se depara com um elemento ainda pouco conhecido: o sertanejo, ignorado também pelos grandes centros.

Euclides compartilhava as idéias dominantes em seu tempo: a necessidade de debelar as revoltas anti-republicanas, surgidas em várias partes do Brasil, e reforçar o novo regime; acreditava na hierarquia de raças em que as inferiores seriam necessariamente dominadas pelas superiores; e acreditava na influência do meio geográfico na configuração da sociedade. [...] *Os Sertões* revela um Brasil que o litoral desconhecia, um atraso de três séculos, terra ignota, seca e árida do sertão onde campeia uma sociedade rude, constituída por um tipo de mestiço forte, com características próprias. Aquela guerra era um movimento religioso e messiânico, que um ateu, como Euclides, teria grande dificuldade de compreender. Fanatismo, diagnosticou Euclides, dos sertanejos e do Exército republicano, ambos considerando-se partes de uma “Guerra Santa”. (...) Para Euclides, a mestiçagem não gerara uma síntese, mas uma subdivisão em sub-raças mestiças e distintas (VELOSO; MADEIRA, 1999, p. 86-87).

Em trecho da obra *Os Sertões* podemos perceber o que Cunha entende em sua teoria da mestiçagem:

A mistura de raças mui diversas é, na maioria dos casos, prejudicial. Ante as conclusões do evolucionismo, ainda quando reaja sobre o produto do influxo de uma raça superior, despontam vivíssimos estigmas da inferior. A mestiçagem extrema é um retrocesso. O indo-europeu, o negro e o brasílio-guarani ou o tapuia, exprimem estádios evolutivos que se fronteiam, e o cruzamento, sobre obliterar as qualidades preeminentes do primeiro, é estimulante á revivescência dos atributos primitivos dos últimos. De sorte que o mestiço-traço de união entre raças, breve existência individual em que se comprimem esforços seculares- é quase sempre, um desequilibrado. [...] menos que um intermediário, é um decaído, sem a energia física dos ascendentes selvagens, sem a altitude intelectual dos ancestrais superiores. Contrastando com a fecundidade que acaso possua, revela ás vezes, mas frágeis,

irrequietos, inconstantes, deslumbrando um momento e extinguindo-se prestes, esmagados pela fatalidade das leis biológicas, chama dos ao plano inferior da raça menos favorecidas [...] E quando avulta [...] capaz das grandes generalizações ou de associar as mais complexas relações abstratas, todo esse vigor mental repousa [...] sobre uma moralidade rudimentar, em que se presente o automatismo impulsivo das raças inferiores. (CUNHA, 1963, pp. 90-91)

Grande clássico da literatura de língua portuguesa, *Os Sertões* consagrou-se como “obra-prima”, denotando uma interpretação do Brasil que perpassa gerações e servindo de referência para inúmeras outras, inclusive a que se constitui como nosso objeto de estudo: *A Bagaceira*.

Almeida faz parte de um conjunto complexo de práticas discursivas que retomou o tema regional frente a euforia nacionalista que acompanhou o projeto de modernidade brasileira. Mesmo seu grupo recebendo a alcunha de “modernistas de 30” postulavam um discurso antimoderno fundado conforme Albuquerque Júnior (1999) na saudade e na tradição, tradição que contribuiu na fundação de uma espacialidade, a região Nordeste. O Nordeste como reação às estratégias de nacionalização, visibilidade e uma dizibilidade frente à sensação de perda de espaços outrora assegurados pelas redes do sistema oligárquico patriarcal. Afirmam que a região existe antes da nação e sua consequente identidade regional. Então, tomam para si a tarefa de inventariar os elementos que traduzem a nordestinidade, buscando perpetuar antigos lugares sociais ameaçados pelos novos tempos. Em sua obra José Américo revela suas tensões. Mesmo sendo um texto ficcional, *A Bagaceira* tem muito de si, de seu autor. Traz a temática da desagregação do mundo do eito da cana e do bagaço e a deterioração de suas relações sociais, em função dos novos tempos, protagonizadas pelos desajustes da autoridade patriarcal do senhor de engenho Dagoberto Marçau. Ao mesmo tempo, Almeida se utiliza do discurso cientificista-patologizante para explicar o que é o homem regional, o homem local. Numa perspectiva similar à proposta euclidiana, utilizando categorias raciais e geográficas para explicar uma deterioração social e postular um tipo ideal. Desta vez não mais utilizando a matriz dualista litoral/sertão, como o fez Cunha, mas propondo uma dualidade marcada pela oposição entre sertão e brejo, numa perspectiva determinista. Percebe-se com isso em Almeida a sua intenção de traçar perfis identitários. É neste sentido que observamos as tensões entre o tradicional e o moderno na obra de José Américo de Almeida, quando este postula o discurso antimoderno do

regionalismo, mas ao mesmo tempo estabelece categorias da cultura científica moderna vigente desde meados do século XIX até as primeiras décadas do século XX.

O movimento modernista de 1922 com relação à cultura vigente no século XIX representou uma virada ideológica que buscava a revalorização do que havia de mais autêntico no Brasil. Em detrimento de qualquer regionalismo, mesmo tendo sua produção cultural vinculada à círculos paulistas, os modernistas de 22 almejavam a definição de uma cultura nacional. Paradoxalmente, a década de 20 vê tomar forma um outro movimento. Em 1926 é lançado no Recife o Manifesto Regionalista de Gilberto Freyre, marco do retorno da questão regional, agora, chamando atenção para uma região dita atrasada, castigada, esquecida. Diferentemente da perspectiva modernista, este movimento não previa a atualização da cultura brasileira. Em vez disso, configuram o Nordeste tradicional, onde os valores arcaicos de uma sociedade patriarcal e oligárquica eram exaltados:

O Manifesto Regionalista desenvolve basicamente dois temas interligados: a defesa da região enquanto unidade de organização nacional e a conservação de valores regionais e tradicionais do Brasil em geral e do Nordeste em particular. [...] Ele começa afirmando a existência no Recife de um movimento de reabilitação dos valores regionais e tradicionais do Nordeste. Assim, todas as terças-feiras um “grupo apolítico de regionalistas se reúne em volta da mesa do chá com sequilhos e doces tradicionais da região [...] preparados por mãos de sinhás” para discutir de forma descontraída problemas desta parte do Brasil (OLIVEN, 1992, pp. 33-34)

O historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior (1999) estudou as estratégias utilizadas pelo discurso regionalista nordestino para legitimar o recorte espacial que fazia. Ou seja, ele nos diz que a região Nordeste não é algo dado naturalmente desde tempos imemoriais como quer explicar o discurso regionalista, para quem às regiões naturais se sobrepuseram regiões culturais bem delimitadas e demarcadas. A região Nordeste assim como a conhecemos é uma construção, onde enunciados diversos foram se afirmando sobre uma base comum. Para Durval “Antes que a unidade significativa chamada Nordeste se constituísse perante nossos olhos, foi necessário que inúmeras práticas e discursos ‘nordestinizadores’ aflorassem de forma dispersa e fossem agrupados posteriormente” (ALBUQUERQUE JR., 1999, p.66).

O romance *A Bagaceira* tomado como obra pioneira dos chamados “romancistas de 30” representa as contradições da implantação dos referenciais de modernidade no Brasil e é tomado aqui como objeto que traduz os dilemas de um

período tenso, onde literatura, arte e ciência estavam sendo utilizadas de maneira intencionada para a difusão de discursos que garantissem a manutenção de lugares sociais comprometidos. Neste sentido, José Américo de Almeida configura perfis identitários que se relacionam ao que Stuart Hall (2006) chamou de “fragmentação do sujeito moderno”, onde há a crise de identidade cultural do sujeito moderno, que vê o retorno de temáticas como a questão regional, frente aos desdobramentos da modernidade:

A produção sociológica de Gilberto Freyre, bem como a dos chamados “romancistas de trinta”, têm no trabalho com a memória a principal matéria. Estes últimos vão tentar construir o Nordeste pela rememoração de suas infâncias, em que predominavam formas de relações sociais agora ameaçadas. Eles resgatam a própria narrativa como manifestação cultural tradicional e popular, ameaçada pelo mundo moderno, e a tomam expressão regional. [...] no Nordeste o movimento regionalista e tradicionalista volta-se para resgatar as narrativas populares, a memória como único lugar de vista para este homem moderno dilacerado entre máquinas, a narrativa como lugar do reencontro do homem consigo mesmo, de um espaço com sua identidade ameaçada. Como numa épica, estes romances querem garantir a continuidade do que foi narrado, querem garantir a reprodução, por meio de gerações deste mundo desentranhado e suspenso na memória: o mundo “regional” (ALBUQUERQUE JR., 1999, pp. 80-81)

Neste sentido, José Américo de Almeida se soma a outros escritores que buscaram representar a “realidade” da região Nordeste. Entre estes, que escreveram suas narrativas nordestinas, contando a região como espaço de tradição e saudade estão os escritores José Lins do Rego e Rachel de Queiroz, ambos se propondo a invocar um passado rural e pré-capitalista como a essência do Nordeste. Para eles, o capitalismo e a modernidade eram as principais ameaças a esse sentimento de pertencimento (Albuquerque Jr., 2001).

O objetivo de trabalho é utilizar a literatura como fonte histórica, mostrando como uma produção artística pode revelar muito de seu contexto histórico. O movimento de renovação historiográfica proposto pelos *Annales* traz à tona uma quantidade significativa de novas possibilidades de pesquisa, dentre elas o texto

literário: “Os textos literários passaram a ser vistos pelos historiadores como materiais propícios à múltiplas leituras, especialmente por sua riqueza de significados, para o entendimento do universo cultural, dos valores sociais e das experiências subjetivas de homens e mulheres no tempo” (FERREIRA apud PINSKY, LUCA (orgs.), 2009, p.) Com o advento da História Cultural, os textos literários foram ressignificados e passaram a representar alternativas de captação de todo um campo de sensibilidades de determinado recorte histórico, onde é possível o estudo de subjetividades e imaginários que marcam uma dimensão espaço temporal.

Segundo Antonio Celso Ferreira (2009) desde a segunda metade do século XIX o termo fonte passou a ser usado predominantemente como sinônimo de documento e expressão de autoridade e verdade. A Escola Metódica francesa encarregou-se de assegurar a autenticidade documental para reconstruir objetivamente o passado. Foi nessas circunstâncias que as fontes escritas oficiais ganharam a posição de documentos verdadeiros para uma historiografia preocupada com o encadeamento dos acontecimentos. Nessa perspectiva, os textos literários, assim como outras fontes artísticas, não eram considerados documentos fidedignos para atestar verdades históricas. O início do século XX traz um movimento de renovação historiográfica que possibilitou a ampliação do repertório de fontes e o próprio conceito de fonte, com os historiadores franceses vinculados à revista *Annales*. Lucien Febvre foi pioneiro no uso de textos literários como fonte histórica ao estudar a obra de Rabelais, que a partir de então conhece uma ampliação gradativa do uso da literatura como fonte histórica. No Brasil, particularmente, muitos historiadores tem trabalhado nesta perspectiva, principalmente a partir da década de 1980, onde contribuem substancialmente os trabalhos de Sandra Pesavento, Edgar de Decca, Nicolau Sevcenko, entre outros.

A partir de então, com o aumento desta perspectiva de pesquisa acirram-se também os estudos epistemológicos dentro da ciência histórica que procurarão definir as metodologias mais apropriadas para este determinado tipo de fonte. Reconhece-se portanto, a diferença entre o discurso literário (ficcional) e outros tipos de discursos (científico, jornalístico). No entanto, toda ficção está enraizada na sociedade, pois é em determinadas condições de espaço, tempo, cultura e relações sociais que o escritor cria seus mundos (Ferreira, 2009):

A pesquisa histórica tem contribuído justamente para a compreensão dos modos como a literatura foi concebida, particularizada em relação

a outras expressões orais ou escritas, transmitida pelos diferentes grupos sociais das diversas épocas e sociedades. E, sobretudo, para o entendimento dos distintos papéis que, ao longo do tempo, ela desempenhou na existência dos seres humanos, em suas variadas dimensões sociais ou subjetivas (FERREIRA, 2009, p.68)

Como objeto estrategicamente produzido, *A Bagaceira* nos fala muito do seu contexto histórico. Imerso nas questões culturais de sua época, englobando particularmente duas tendências, o naturalismo e o regionalismo. José Américo inaugura uma visibilidade e uma dizibilidade em uma literatura que se tornarão códigos fixos de percepção, corporificados no que Albuquerque Júnior (1999) chama de “enredos da tradição”, inventando uma espacialidade regional através de uma prática imagético-discursiva, da qual a literatura, legada à posteridade como “geração de 30”, tem muita responsabilidade.

Diante das tensões vividas pelo nosso escritor em questão, advindas das contradições da implantação da modernidade nos trópicos, o quadro teórico do presente trabalho conta em primeira instância com as contribuições dos estudos de Stuart Hall (2006) sobre a fragmentação do sujeito moderno, corporificada por uma crise de identidade cultural. De acordo com esta diretriz, o esforço da modernidade de atribuir características sólidas para a sociedade e para os sujeitos submetidos ao processo modernizante vem sofrendo fissuras e quebrando tais paisagens estáticas. Temas modernos como nacionalismo/nacionalidade veem ressurgir a questão regional, com todo o vigor. Ou seja, as comunidades imaginadas da cultura nacional são representações, assim como suas respectivas identidades. Intentou-se com o dispositivo moderno da cultura nacional solapar as diferenças regionais e étnicas em favor de uma subordinação à unidade nacional, mas, será que as instituições modernas eram tão onipotentes como aparentavam ser?

Outro teórico muito importante neste trabalho é Pierre Bourdieu (2006) que em seus estudos sobre as estruturas do poder simbólico aborda a questão regional à exaustão. Entendida como representação, a região para este autor é um conjunto de representações que se impõem como algo natural, mas não são. São impostos por um ato de autoridade, uma imposição arbitrária. Neste sentido, Bourdieu encara o discurso regionalista como um discurso performativo que visa impor como legítima uma nova definição de fronteiras, dando a fazer conhecer e reconhecer a região delimitada contra a definição dominante que a ignora. Um grupo ignorado, negado, se torna conhecido e

reconhecido, visando a sua institucionalização. Se enquadrando naquilo ter ocorrido com a região Nordeste do Brasil para Bourdieu a reivindicação regionalista parte do sentimento de periferização com relação ao centro. Percebem-se negativamente diante da dominação simbólica e econômica maior.

Outra perspectiva que nos interessa diz respeito às apropriações que Durval Muniz faz dos conceitos de visibilidade e dizibilidade, pronunciadas por Gilles Deleuze (1986) ao tratar sobre práticas discursivas, adentrando território já percorrido por Michel Foucault. Uma visibilidade e uma dizibilidade que se transmutam da esfera do discurso e se materializam face à insistência metódica de seus enunciadores.

**CAPÍTULO II: A BAGACEIRA ENTRE IDENTIDADES E REPRESENTAÇÕES:
o conflito entre o tradicional e o moderno**

O regionalismo é o pé-de-fogo da literatura... Mas, a dor é universal, porque é uma expressão de humanidade. E nossa ficção incipiente não pode competir com os temas cultivados por uma inteligência mais requintada: só interessará por suas revelações, pela originalidade de seus aspectos despercebidos.

O amor aqui é um tudo-nada de concessão lírica ao clima e a raça. É um problema de moralidade com o preconceito da vingança privada³.

O cenário-título de *A Bagaceira* corresponde ao mundo dos engenhos de cana-de-açúcar do interior nordestino, mais precisamente da região do Brejo. É neste contexto que se desenvolve a trama que tem como personagens principais Dagoberto Marçau, senhor do Engenho Marzagão, viúvo por ocasião do nascimento de seu filho, o jovem Lúcio, estudante de Direito que está em temporada de férias na casa do pai. De perfil autoritário, pai e filho mantêm uma relação fria e distante. Logo em um primeiro plano tem-se a chegada dos retirantes do sertão: “Era o êxodo da seca de 1898. Uma ressurreição de cemitérios antigos - esqueletos redivivos, com o aspecto terroso e o fedor das covas podres”. (ALMEIDA, 1954, p.10). Tem-se então, o choque sócio-cultural das áreas mais antagônicas: “Os sertanejos eram mal-vistos nos brejos. E o nome de brejeiro cruelmente pejorativo. [...] Lúcio responsabilizava a fisiografia paraibana por esses choques rivais. A cada zona correspondiam tipos e costumes marcados. [...] Essa diversidade criava grupos sociais que acarretavam os conflitos de sentimentos” (ALMEIDA, 1954, p.12). Nessa leva estão Valentim Pedreira e sua filha Soledade, além do afilhado Pirunga, que em troca de trabalho conseguem permissão para se instalar nas propriedades do Marzagão.

³ Trechos escritos pelo “romancista” nas edições de *A Bagaceira*, reunidos sob o título “Antes que me falem”. José Américo demonstra ter consciência da virada cultural que a publicação de sua obra estava prestes a instaurar e responde nestas curtas epígrafes a algumas possíveis críticas, em defesa da temática regionalista.

Passado um tempo e Soledade já mudara de feição, tornando-se uma moça vistosa, que chamava atenção: diferentemente de quando chegara como retirante: “Tinha uma concepção de beleza feminina, dessa natureza privilegiada, emancipado dos modelos de outras raças.[...] Era o tipo modelar de uma raça selecionada, sem mescla, na mais sadia consanguinidade” (ALMEIDA, 1954, p.87-88).

O jovem Lúcio e Soledade acabam se tornando muito próximos desenvolvendo um relacionamento amoroso nunca concretizado. Por causa de seu retorno aos estudos, o rapaz ausenta-se por um tempo e na sua volta não encontra mais o que tinha deixado. É neste período que Valentim é preso após ter matado o feitor Manuel Broca depois da descoberta de que este último desonrara sua filha. Lúcio oferece-se em casamento, porém Soledade repudia-o. Só depois ficamos sabendo o verdadeiro tom da trama: o senhor de engenho Dagoberto foi quem realmente deflorara Soledade e desde então viviam como amantes. Tomando conhecimento das novas através de Pirunga, Valentim promete vingança recomendando, contudo, ao afilhado que não se ausente de perto da filha. Soledade e Dagoberto seguem rumo ao sertão, para o Bondó, fazenda de onde saíram como retirantes por ocasião da grande seca. Acompanhando-os segue Pirunga, que nutrido um amor não correspondido pela irmã de criação, acaba por propiciar a morte do senhor rural, antes mesmo daquilo que recomendara o seu padrinho. Anos depois, o dr. Lúcio Marçau, casado com uma filha de usineiro, dá nova cara ao Marzagão, transformando-o em um novo engenho, superando as antigas relações sociais da época de seu pai. Outra seca em 1915. Uma nova leva de retirantes adentra a região do Brejo e entre eles uma mulher acompanhada de um rapazinho a procura do dono do engenho. Completamente desfigurada pelas adversidades da vida, é Soledade que vem entregar a Lúcio o filho que tivera com Dagoberto.

O enredo em *A Bagaceira* inaugura uma nova forma de ver e dizer uma espacialidade, ancorado na prenuncia de estar se mostrando a realidade de um lugar.

A *Bagaceira* trata do tradicional tema da retirada dos sertanejos para a Mata, onde iam trabalhar nos canaviais enquanto não chovia no sertão, explorando os conflitos entre sertanejos e brejeiros devido as suas diferenças sociais. A *Bagaceira* inaugura toda esta tradição literária do romance social nordestino, voltado para a denúncia da miséria como regional e espacial, onde todos e as responsabilidades dos poderosos são escamoteadas.(ALBUQUERQUE JR. 1999, p.138).

A *Bagaceira* é por excelência um romance ensaístico que tem como atores principais o clima, a geografia e a raça, ou seja, fatores naturais que segundo Almeida delimitam

identidades. Se a representação geográfica foi um dispositivo discursivo amplamente utilizado pelos “intérpretes do Brasil” da virada do século XIX para o século XX, pode-se dizer que *A Bagaceira* traduz essa diretriz para decifrar o elemento regional, polarizando aqui a dualidade sertão-brejo, como espaços socioculturais antagônicos, posicionados um contra o outro. Em menor grau, porém também presente, está a caracterização do litoral como espaço aonde a modernidade chegou com primazia nos trópicos, espaço este responsável pelos ideais progressistas de Lúcio:

[...] o meio natural, fator de diferenciação entre sertão e brejo, denotando as concepções naturalistas do autor. O sertanejo, considerado um tipo racial superior por não ter sangue negro e eleito como tipo regional, capaz justamente de pôr fim ao único problema, também natural, que impedia a afirmação da sociedade sertaneja e, com ela, a do Nordeste em nível nacional: as secas. [...] No entanto, a estas causas “naturais” da diferença entre brejo e sertão, *A Bagaceira* alia uma análise sociológica, assentada principalmente na falsa premissa da inexistência da escravidão no sertão e de sua presença no brejo, criando duas sociedades distintas. O homem do brejo, embrutecido pela herança da escravidão, era um homem incapaz de ter sensibilidade para com a terra, não conseguia amar o seu lugar, a sua região. ‘*A negralhada das senzalas, do recruzamento arbitrário, das escórias da mestiçagem, com sua balbúrdia de pigmentos*’ eram criaturas passivas, servis, incapazes de lutar contra a subordinação regional. Atravessada pela dicotomia entre ação versus passividade, a obra elege o escravo como culpado pela situação de ruína e subordinação em que se encontrava a região. Como ao lado de uma visão sociológica convivessem enunciados naturalistas, às vezes não é o sistema escravista, mas o próprio escravo, os negros, seu sangue, os culpados pela degenerescência da sociedade nordestina. Às vezes é o próprio brejo e a sua fisiografia que aparecem como causadores desta débâcle. (ALBUQUERQUE JR., 1999, pp. 137-138, *grifo nosso*).

Como já foi apontada, a temática da identidade nacional foi um dispositivo discursivo que pretendeu explicar o homem brasileiro. Como inaugurador em literatura de uma visão depreciativa circunscrita à uma espacialidade, por fatores interioranos como seca e miscigenação racial, nosso autor postula que o regionalismo faz parte da modernidade. Stuart Hall (2006) nos fala do disparate moderno de dissolução das imagens sólidas que a modernidade tentou criar. Há segundo ele um processo de fragmentação das paisagens estáticas modernas em favor de identidades mais fluidas, menos comprometida com a construção da narrativa nacional postulada pela ordem

cultural nacionalizadora. É o que entendemos ter feito José Américo de Almeida, texto inaugurador do moderno romance regionalista nordestino. Fazendo uso da explicação naturalista, recurso amplamente utilizado pelos intelectuais brasileiros que se propuseram a investigar a constituição social e cultural do país, principalmente nos oitocentos, como forma de decifrar o elemento humano brasileiro, preocupação esta da implantação do referencial moderno ocidental nos trópicos, Almeida insere tal prerrogativa para compor a sua versão regional. Ela usa uma estratégia da cultura nacional para legitimar a sua visibilidade e dizibilidade regional: “O próprio regionalismo é visto como um elemento da nacionalidade brasileira” (ALBUQUERQUE JR., 2001, p.149)

Bourdieu (2006), atentos aos fenômenos de percepção social, de produção simbólica e das relações formais e informais de exercício do poder formula a noção operatória de poder simbólico abordando a ideia de região sob os critérios de identidade e representação. A questão regional para este autor parte do princípio que a região é resultado de pressupostos de imposição de definições legítimas das divisões do mundo social, ou seja, um ato de autoridade que circunscreve a região a ser conhecida e reconhecida. Não se pode então sustentar que a região é capaz de se fundamentar em classificações naturais, formando então regiões naturais. É resultado, pois, de um ato de autoridade, de poder. Os argumentos regionalistas que visaram instituir e legitimar o Nordeste usaram critérios pretensamente naturais, mas, que na verdade nada tinham de natural. São muito mais imposições arbitrárias, resultado de disputas de forças, que inventam fronteiras. As fronteiras uma vez estabelecidas servirão de hastes delimitadoras da narrativa regional. A identidade nacional segue perfil análogo, mas, em seu seio, busca sufocar as diferenças intra-organizacionais, entre elas a região, suprimindo-as em prol de uma inserção, em tempos modernos, na cultura globalizada. Com isso, pode-se pensar que no caso brasileiro, a identidade nacional e a identidade regional são gestadas paralelamente, uma contra a outra, buscando artifícios para poderem cumprir sua tarefa na modernidade: a nação como apelo moderno e a região como resultante do impasse nacional. Em tese esses dois conceitos não coexistiriam, mas a contradição da experiência moderna possibilitou suas existências simultâneas.

A questão da formulação de identidades por José Américo funda-se no princípio de historicizar a nova região, filha da primeira década do século XX. Embora paradoxal, o regionalismo em questão é filho da própria modernidade. Desmantelando a pretensa

ideia de nação brasileira moderna, a região Nordeste se apoiara em uma séria de discursos que lhe darão significado e historicidade. Nosso autor é pioneiro nesta tarefa. Imbuído da proposta naturalista euclidiana de existência de dois Brasis, Almeida conjectura o seu regionalismo fundamentado nas categorias de raça e geografia. Sendo assim, parte da premissa de existência de uma sociedade mais autenticamente nordestina na área sertaneja em contraposição à zona brejeira extremamente deteriorada socialmente pela presença forte do elemento negro e dos elementos deles advindos. Percebe-se com isso o intuito de eleger o sertão como a essência regional, em consequência de sua originalidade desde os tempos coloniais.

Portanto, é neste sentido que a identidade cultural regional em José Américo será polarizada entre sertanejos e brejeiros, chamando atenção para a diferenciação “de que, entre brejeiros e sertanejos, nem os cachorros se davam” (ALMEIDA, 1954, p.33). O mito do sertão, espaço mais autêntico para Almeida, herdeiro de um passado étnico superior pode ser percebido em diferentes trechos: “Homens do sertão, obcecados na mentalidade das reações cruentas, não convocavam as derradeiras energias num arranque selvagem. A história das secas era uma história de passividades. O descorajamento da raça ultriz” (ALMEIDA, 1954, p.12). Quando Valentim conta a Lúcio uma história de uma cicatriz resultante de briga no sertão onde matara um sujeito por não querer assumir compromisso com uma moça que desonrara, eis a conclusão do rapaz: “ - Reservas da dignidade antiga! Resistência granítica, como os afloramentos do Nordeste! Solidificação da família! Tesouro das virtudes primitivas” (ALMEIDA, 1954, p.69). Em outro momento “o estudante comparou mentalidade do engenho, resíduos da escravidão, os estigmas da senzala, êsses costumes estragados com a pureza do sertão” (ALMEIDA, 1954, p.99).

Visivelmente inspirado na proposta euclidiana de dicotomia entre litoral e sertão é, nesse autor que José Américo buscará inspiração para sua configuração identitária entre o homem do sertão e do brejo. Euclides da Cunha em *Os Sertões* encarregado de cobrir a Campanha de Canudos (1896-1897) adentra o interior do Brasil no sentido de ressaltar a integridade nacional, comprometida em diversos pontos por revoltas desta natureza, ditas antirrepublicanas. Imbuído da perspectiva de que encontraria um reduto pró-monarquia, Euclides assiste aos últimos dias do conflito armado, dando-se conta do quão enganado estava. Canudos é derrotado em 1897. Na escrita de sua obra Cunha apresenta um novo tipo humano que o litoral desconhecia. Um homem místico, rústico, mestiço sobre o qual o fator geográfico incidira forte influência. Acreditava na

hierarquia racial, atribuindo uma visão pessimista à mescla étnica que presenciara. No entanto, mostra-se extremamente decepcionado com a empreitada do governo federal, criminosa com sua opinião, pelo massacre ocorrido. Alegava que se os sertanejos eram fanáticos, os republicanos também os eram por estarem à frente de uma barbárie cometida em nome da nacionalidade.

No entanto, ressalvadas as semelhanças com *A Bagaceira*, a obra euclidiana *Os Sertões* se divide entre texto jornalístico, estudo científico que analisa do ponto de vista histórico e etnográfico e uma produção artística propriamente dita, pois obviamente não se pode subestimar o alto nível literário de Euclides da Cunha em seu texto. Em contrapartida, *A Bagaceira* se intitula romance, prosa ficcional:

Embora o livro fosse escrito como romance, a preocupação do autor era ensaística. Ele sentia a necessidade de escrever um romance como meio de transmitir, de forma mais atraente e acessível, impressões que, vazadas num ensaio, perderiam este poder comunicativo [...]. O romance seria uma máscara mentirosa por trás da qual o autor poderia dizer verdades sobre a região sem sofrer restrições. Seu livro nasceria mais de uma estratégia de dissimulação do que de simulação, por isso mesmo ele alia ao discurso ficcional um discurso cientificista, radicalizando, de certa forma, o projeto euclidiano, já a ficção é aí intencional, e não fruto dos impasses em que se viu colocado Euclides diante de Canudos. Ele esclarece no próprio prefácio da obra que seu livro tinha um fim definido: chamar atenção do ‘brasileiro, de regiões mais civilizadas para problemas graves que ainda não eram de conhecimento geral’, fazer conhecer e ver o Nordeste e suas problemáticas praticamente esquecidos (ALBUQUERQUE JR., 1999, p.138).

E *A Bagaceira* tinha muito de si, de sua experiência como menino de engenho, menino que conhecia bem aquele mundo. Como já mencionado, o regionalismo é uma estratégia que parte do medo, da angústia de quem se vê tragado por uma ordem que não é mais inteligível, que destrói as antigas referências, aparentemente tão sólidas, estáveis, referências de um passado em que seu lugar social estava assegurado pelas teias do poder oligárquico, patriarcal e muitas vezes escravista. O próprio Marzagão, cenário de *A Bagaceira* situa-se nas imediações do município de Areia, terra natal de José Américo:

Soledade queria, por fôrça conhecer Areia. Quero-porque-quero.
- É ali - indicava Pirunga, estendendo o pescoço. - É um salto de pulga.

Valentim diligenciava despersuadi-la. Que ia empalhá-lo.
Esperasse que desobriga...

Mas, era por causa dos bêbados deslocados que voltavam, aos bordos, tomando liberdades com as moças encontradiças.

Ela instava:

-Tão pertinho!

Não podia adomingar-se; pelo menos, a feira. Tanto bateu, que ficou por isso: iria num sábado.

E foi, afinal, junta com o pai, num dia de feira.

Da chã ela enxergou a gameleira imemorial, como o céu verde da cidade.

Via as manchas de barro vermelho da encosta como a terra esfolada.

E, atreita aos longos plainos nativos, as várzeas interminas, começou a sentir a curiosidade das alturas. Sem nenhum sentimento do pitoresco, não deixava de admitir essa beleza que a gente só sente uma vez, porque toda admiração é um pouco de surpresa.

Aos acidentes do caminho, Areia aparecia como enalhada nos astros e desaparecia num desmaio. Entremostrava-se, como uma nuvem poisada na verdura. E, logo, fazendo negaças, sumia-se, parecia ter descambado no abismo.

Enfim, já se não ocultava, como nas manhãs de névoa. Branquejava. Resplandecia com a cal do casario branco dourado pelo sol montanhês. Toda ensoalheirada.

Soledade distinguia a cidade debruçada sobre a voragem. Mas equilibrada no dorso da serra, fino como um gume:

- Chega dar agonia na gente!...

Circundava-a uma natureza de contrastes, toda complicada em curvas violentas. Fragmentava-se em morros. Alteava-se em desfiladeiros. Uma imagem de vôos e de quedas. O gênio de criação em surtos inspirados e em despenhos de fadiga. Vertigens siderais e prostrações nas grotas sombrias.

O horizonte trancava-se de um lado quase rente com os telhados e recuava, do outro lado, até a infinita perspectiva.

Era a eminência eugênica, empinada no céu, que criara nessa exaltação do granito florindo em tantas alternativas, um gênio de pintura - a sensibilidade artística de Pedro Américo. (ALMEIDA, 1954, pp.101-103).

A memória se transformará para os romancistas de 1930 como José Lins do Rego e Rachel de Queiróz, além de nosso autor José Américo de Almeida em um recurso amplamente utilizado na construção de suas narrativas. O cenário tradicional de suas famílias, dona de raízes solidamente instaladas em sociabilidades das quais eram o epicentro da dinâmica da vida, através da posse de latifúndios dos quais emanavam um sistema de referências que conjecturou uma memória coletiva será a base sobre a qual se construirá o cenário regional nordestino:

O menino ficava pela porta da bodega, reparando no movimento. Pela estrada passavam tropeiros, as cangas, animais carregados, feirantes. Era uma visão diferente, aquele desfile de outras vidas, com as primeiras revelações de um mundo vagaroso, que chegava e se afastava sem pressa, lento, quase como se não existisse de verdade. Era uma descoberta sucessiva de coisas e seres, para quem estava

acostumado à vida do engenho- um daqueles pequenos engenhos de rapadura do Brejo de Areia. [...] Até onde esse primeiro contato com o mundo de fora da casa havia de impressionar o menino e se prolongar no homem que nunca se desligou de suas raízes? Até onde o que era rude e miúdo nesse mundo de beira de estrada, da bodega, dos feirantes, se fixaria com o seu colorido de cada coisa e para a visão de cada uma delas como escritor e homem do governo (BATISTA, 1979, p. 51-54).

A memória individual dos romancistas se traduzirá em artifício de circunscrição regional, estabelecendo uma referência de passado, que aglutinará a coletividade em seu interior, fazendo-os crer que compartilhavam da mesma narrativa tradicional:

“A Bagaceira” foi [...] um regresso - mas depois seria também a partida. O homem fugia para o garoto, correndo atrás do mundo que funcionava além das suas fronteiras. Uma disparada dalma, como um grito, como um soluço, um estranho canto, um instante de tristeza desconhecida. Era a repetição dos galopes, em busca de territórios. De espaços. De ares para respirar e paisagens aonde viver. Sabe-se que nem cavaleiros nem montarias voltam nunca dessas jornadas. [...] “A Paraíba e seus Problemas” tinha sido uma obra medida, estudada, pensada, um trabalho de reflexão amadurecida. “A Bagaceira” seria o retorno do menino escanchado no seu cavalo arisco. Um assalto do instinto, que se tornava criador para não se dar por vencido. Correria ele, agora, por onde quisesse, montado no seu tapete mágico. [...] Parece ter sido essa a salvação do doutor. Depois teria de salvar-se correndo mesmo, de verdade, para a própria vida, para vive-la. Longe das clausuras que os outros sempre fazem para outros: Longe dos túneis sobre o tempo. Agora, tinha de sair de uma vez por todas: e se fincou bem dentro do seu tempo. E dentro até demais. [...]. “A Bagaceira” foi um bater de asas. (BATISTA, 1979, pp. 75-76)

O universo de *A Bagaceira* mostra a zona do brejo, quando afluem sertanejos retirantes da seca de 1898. Mostra-nos então, o Marzagão como exemplar de uma sociedade açucareira decadente, vitimada pela mescla racial resultante de um passado onde a herança escravista legara uma massa numerosa de mestiços e mulatos. O negro então é apresentado de forma preconceituosa e o cruzamento com esta raça ultrajante. O sertão em oposição seria o espaço que por herança resguardara a pureza étnica do branco advinda desde tempos coloniais. Ficam claras, portanto, as teses eugenistas de Almeida, que através de sua obra denota seu desconforto com tempos modernos, que estavam destruindo os lugares fixos outrora ocupados pela “negrada”. A República moderna brasileira nascera sob o signo do abolicionismo aliado ao anseio de quebra dos círculos oligárquicos dominantes em prol de uma centralidade nacional. As formas econômicas mais rudimentares também estavam sendo solapadas por um processo cada vez mais complexo de relações capitalistas. Toda essa experiência aparece na figura

autoritária do senhor de engenho de *A Bagaceira*, que vê sua rede de poder destruída por novas redes de poder que não domina nem assimila. Advém daí, então, o seu desconforto ante a figura do filho, estudante de bacharel em Direito, portador de um conhecimento moderno que ameaça o pouco de tradição que ainda consegue reterem suas mãos:

Lúcio não se dissociava do problema humano do Marzagão.

Sua nova sensibilidade tinha uma direção mais útil e um ímpeto criador.

Reconciliava-se com a terra feracíssima, isenta de todos os obstáculos do trabalho: de nuvens de gafanhotos, tufões, geadas, secas, terremotos...

Mas só era rica a Natureza.

Ele calculava como essa vitalidade poderia ser produtiva. E via a índole de progresso do latifúndio coartada pelos vícios de seu aproveitamento.

Quanta energia mal empregada na desorientação dos processos agrícolas!

A falta de método acarretava uma precariedade responsável pelos apertos da população misérrima. A gleba inesgotável era aviltada por essa prostração econômica. A mediana do senhor rural e a ralé faminta.

Tinha a intuição dos reformadores; tentava assimilar os melhores estímulos da luta pela vida. Mas seu instinto de ação ainda era inutilizado pelas sentimentalidades emolientes. Visões exageradas deformavam-lhe o equilíbrio das relações imediatas. Noções confusas, projetos imprecisos resultavam na incapacidade de realizar, no desastre das tentativas.

Goravam as concepções práticas.

Com o risco de se malquistar com o pai, ensaiava objetivar êsse vago talento de iniciativas. Pleiteava uma aplicação mais vantajosa dessas forças malbaratadas.

Dagoberto era o pé-de-boi do engenho chinfrim. Desdenhava:

— Aquêlê grangazá só tem palanfrório. Não se pode dar um tipo mais lelê. Por êle eu já tinha m acabado.” (ALMEIDA, 1954, p.133-134).

O autor ao mesmo tempo, elogia o desempenho da economia sertaneja, que mesmo em condições naturais adversas conseguia ser mais bem acabada que a brejeira. “Vejo como os sertanejos, a raça de lutadores, arcam com o clima traiçoeiro...” (ALMEIDA, 1954, p.146). Em um momento que o sertanejo Pirunga sendo alvo de comentários dos habitantes do engenho por seus “costumes irreconciliáveis”: “Ele acamaradava-se com um catingueiro homiziado no engenho, oriundo dessa faixa de criação e de cultura algodoeira, onde se desfrutavam um melhor aparelhamento econômico em mais precárias condições naturais.” (ALMEIDA, 1954, p.98).

José Américo de Almeida revela-se então contraditório perante as sociabilidades tradicionais e modernas, transitando entre uma sensibilidade tradicional que sua infância

presenciou e que viu ruir frente à dissolução dos lugares sociais estabilizados da tradição e a nova organização sociocultural da modernidade, que encontra sérios impasses na aplicação concreta de suas diretrizes no interior do Brasil, construindo assim, um ambíguo de coexistência, marcado pela disputa e ambivalência de situações.

A questão da identidade regional também se percebe no enredo amoroso da trama. As espacialidades do sertão e do brejo mais uma vez se confrontam quando ficamos sabendo que “sinhá moça”, a esposa de Dagoberto e mãe de Lúcio, era sertaneja e que Soledade era na verdade prima de Lúcio. E por ocasião da violação de Soledade pelo senhor rural novamente sertão e brejo se unem sob o signo da tragédia. É na verdade um elogio da sociabilidade sertaneja. José Américo em estratégia correspondente à “incorporada dos sertões” operada por inúmeros autores anteriores dele elege o sertão como reduto da legítima “essência” regional, reduto de um tipo humano forte, psicologicamente moldado pelo meio e clima agrestes para quem a honra só pode ser devolvida mediante derramamento de sangue. Em contraposição, o brejo é visto como uma organização social confusa, contaminada pela miscigenação racial, dotada de massa numerosa sem referenciais de dignidade e honradez. Uma massa que não tem raízes culturais profundas, que se acostumou a reconhecer a autoridade do senhor de engenho como dono da terra e por conseguintes deles próprios, cujos ritmos de existência serão ditados pela época da colheita da cana e pelos ritmos da civilização do açúcar, afinal “o que está na terra é da terra” (ALMEIDA, 1954, p.21)

Os últimos capítulos de *A Bagaceira* salientam o caráter ambíguo da proposta americista. Passados alguns anos, com ascensão do bacharel Lúcio Marçau ao comando do engenho, a antiga sociedade açucareira do brejo ganha novos ares, ares de progresso, de inserção em uma perspectiva de capitalismo mais globalizado:

Só pelo nome se reconhecia o antigo Marzagão.

Em vez da monotonia da rotina, vibrava o barulho do progresso mecânico. O silvo das máquinas abafava o grito das cigarras

Desaparecera o borrião das queimaduras na verdura perene. A capoeira imprestável dera lugar à opulência dos campos cultivados – não com cana tamanhinha, mas de touceiras que se inclinavam, como se estivessem nadando nos moroiços da folhagem ondeada. (ALMEIDA, 1954,p.235)

Podemos concluir então, que a figura oligárquico-patriarcal representada por Dagoberto foi o elemento utilizado por José Américo para compor a sua memória

tradicional. Representante do indivíduo brejeiro, foi tragado por uma existência superior a ele, em raça e em geografia, representada por Soledade. Os novos tempos instaurados por seu filho Lúcio denotam a definitiva incorporação interiorana aos modelos de modernidade mais bem consolidados, não se resumindo a experiência moderna apenas na fluidez mestiça da composição populacional da população da zona do brejo. Contudo, Almeida deixa transparecer a sua inquietude frente a inserção interiorana em tal prerrogativa. Lúcio adotara outra postura que ia além de um simples melhoramento da vida material, com inovações tecnológicas e novas regras de melhoramento econômico. Ele ousou transmutar socialmente aquela população misérrima do antigo Marzagão, instruindo-os e qualificando-os, condições *sine qua non*, para um melhor aproveitamento das forças produtivas na escala econômica capitalista:

Pretendia dosar o espírito de sua gente com esse sentimento de vida. Modelava as almas simples. Saneava o grau de moralidade de um povo que chegava a ter cachaça no sangue e estopim nos instintos.

Perdoava sem malbaratar o perdão. Tinha a experiência de que o mau-humor se ralava a si próprio antes de ralar os outros.

Os moradores gabavam-lhe a gravidez acolhedora:

- É um patrão dado; dá as oras a gente.

Reconheciam a simplicidade de suas maneiras:

- É um homem sem bondade...

Já não pareciam condenados a trabalhos forçados: assimilavam o interesse da produção. E o senhor de engenho premiava-lhes as iniciativas adquirindo-lhes os produtos a bom preço.

As leis de higiene duplicavam o esforço persistente.
(ALMEIDA, 1954, p. 237-238)

No entanto, Lúcio não poderia mensurar as diversas facetas que a instauração de novas sociabilidades poderia ter. Era o preço da modernidade. Ao ter sob o seu comando uma nova conjectura social, mais emancipada, completamente diferente daquela população servil da época de seu pai ele se surpreende frente tom questionador de seus trabalhadores:

Observava a nova psicologia da ralé redimida. [...] A personalidade restaurada era um assomo de rebeldia.

Um dia tocou o búzio. Lavrava incêndio no canavial. O fogo ainda se ocultava na fumarada para que ninguém o descobrisse. Mas o partido estava como um foguetório.

Urgia extingui-lo ou impedir-lhe a marcha com aceiros. E cada qual que se retraísse: todos tinham a impressão de perigo; ninguém queria expor-se a queimar a roupa

Só Pirunga e Xiname se arrojaram à empresa.

Lúcio lembrou-se, então, da temerária passividade dos moradores na noite em que o açude ameaçava arrombar

Os que aprendiam a ler na escola rural achavam indigna a labuta agrícola e derivavam para o urbanismo estéril.

A geografia era uma noção de vagabundagem. A higiene o horror à terra impura. (ALMEIDA, 1954, p. 240-241)

Enfim, foi essa a construção imagético-discursiva construída por José Américo de Almeida em sua obra-prima *A Bagaceira*. Romance-ensaio inaugurador de uma nova forma de ver e dizer a identidade regional, este livro foi pano de fundo poderoso, sob o qual uma leva importante de outras visibilidades e dizibilidades em forma de prosa ficcional se assentaram, dando início ao chamado “ciclo nordestino”, um referencial em que se espelhariam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho monográfico teve como finalidade o estudo da obra de um intelectual, que como tantos outros, se propôs a desvendar os ritmos e os traços da experiência da modernidade tardia (Hall, 2006) nos trópicos. Em um país que desde sua mais primitiva configuração cartográfica contou sempre com uma amplidão territorial continental, era de se esperar a grande gama de interpretações que se preocupariam em definir as legítimas fronteiras, as legítimas divisões e a legítima crônica histórica da narrativa do Estado-nação emancipado da metrópole europeia desde 1822. Independente talvez em termos políticos, porém, culturalmente receptor ainda durante um tempo considerável de paradigmas e modelos de experiência sociocultural que tinham o contexto europeu como alicerce rochoso, porto seguro onde fixar as bases de seus relatórios legitimadores.

Partiram estes interpretes de prerrogativas as mais diversas, mas, durante muito tempo assentaram suas análises em critérios que tinham por objetivo desvendar este novo tipo humano, essa nova experiência americana de indivíduo diferente de tudo que já tinha sido visto. As conclusões foram as mais diversas, mas por muito tempo, estes intelectuais ancoraram seus resultados tendo como princípios da singularidade nacional a questão étnica e a questão geográfica.

O fenômeno regional também ressurgiu em plena modernidade tropical com todo o vigor, prescrevendo uma “melhor” divisão da grande extensão espacial nacional. Mas, cabe indagar: melhor para quem? Melhor para quê? Procurando não subestimar o trabalho destes intérpretes, nem tão pouco hierarquizá-los foi escolhida a obra deste paraibano, que consagrou nas letras a sua estratégia de sobrevivência frente ao turbilhão da experiência da modernidade tardia. José Américo de Almeida canonizou-se com sua obra *A Bagaceira* e construiu o cenário regional que servirá de respaldo para inúmeras outras narrativas. Trabalhou a memória neste intuito, a sua memória enquanto menino que olhava o mundo do eito da varanda da casa grande e que quando ousava descer as escadarias assustava-se com a multiplicidade existencial fora dos círculos tradicionais.

Contudo, ajudou a inventar a tradição nordestina circunscrevendo a experiência social de sua terra natal como partícipes coadjuvantes de seu próprio referencial de memórias, apagando o seu caráter múltiplo. O seu círculo familiar, assim como tantos outros redutos tradicionais que outrora dominavam as relações de poder serão os

protagonistas nesta ceifa de obras literárias regionalistas. No entanto, José Américo reconhece a sua impossibilidade de deter e de conter o advento dos novos tempos, mas, encontrará nas brechas de suas contraditoriedades o seu mecanismo de evasão frente a característica mais indissociavelmente aplicada a história: a mudança.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Prefácio Margareth Rago. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.
- _____. Enredos da tradição: a invenção histórica da região Nordeste do Brasil. In: LARROSA, Jorge; SKLIAR (orgs.). **Habitantes de babel: políticas e poéticas da diferença**. Trad. Semíramis Gorini da Veiga. Belo Horizonte: autêntica, 2001.
- ALMEIDA, José Américo de. **A Bagaceira**. 8 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.
- _____. **Memórias: antes que me esqueça**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- BOSI, Alfredo. **Caminhos entre a literatura e a história**. Revista de Estudos Avançados, 2005.
- BATISTA, Juarez da Gama. **José Américo: Retratos e Perfis**. João Pessoa-PB: A União, 1979.
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. Trad. Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: **O poder simbólico**. Trad. de Fernando Tomaz. 9 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1982.
- CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- CUNHA, Euclides da. **Os Sertões: Campanha de Canudos**. 27 ed. Brasília: EdUNB, 1963.
- DICIONÁRIO HISTÓRICO BIOGRÁFICO BRASILEIRO PÓS 1930**. 2 ed. Rio de Janeiro: EdFGV, 2001
- FERREIRA, Antonio Celso. Literatura: A fonte fecunda. In: PINSK, Carla; LUCA, Tânia Regina de (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.
- FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. 7 ed. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- FREYRE, Gilberto. **Manifesto Regionalista**. Recife: Instituto Joaquim Nabuco, 1976.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Revan; IUPERJ (Universidade Candido Mendes), 1999.

O Futuro era Branco - Revista de História. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br>>. Acesso em 06 de março de 2013.

OLIVEN, Ruben George. **A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1992.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

VELOSO, Mariza; MADEIRA, Angélica. **Leituras brasileiras: itinerários no pensamento social e na literatura**. 2 ed. rev. São Paulo: Paz e Terra, 1999.